

Experiência de Estágio em Ensino de História: Os Direitos Humanos e o Debate em Torno da Comissão Nacional da Verdade

ÁGATA INDIRA DE OLIVEIRA*

MAYRA DE ANDRADE MEDINA*

TAMIRES FIORUCCI SILVA*

Resumo

O presente artigo tratará da experiência de estágio obrigatório do curso de Licenciatura em História. O projeto pedagógico formulado teve como temática central os direitos humanos, partindo do debate recente acerca da Comissão Nacional da Verdade. Nesse sentido, o projeto retoma parte do período investigado pela comissão, a ditadura civil-militar brasileira.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos, Comissão Nacional da Verdade, Ensino de História.

Introdução

Esse trabalho é resultado de uma síntese feita partir de um plano de ensino e um artigo de experiência. Trata-se, dessa forma, de uma pequena descrição e algumas reflexões referentes à experiência de estágio obrigatório da disciplina “Prática de Ensino em História e Estágio Supervisionado II”, ministrada pelo Prof^o. Dr. Ronaldo Cardoso Alves do curso de Licenciatura em História da FCL Unesp - campus de Assis. Tem como propósito trazer à luz e problematizar a experiência da aplicação do projeto pedagógico, a recepção pelo público com o qual travou-se relações: desde a direção do grupo escolar até os alunos, tendo em vista contribuir para futuras realizações de estágios, além de buscar demonstrar a distância existente entre a forma como o estágio foi teorizado e até onde ele conseguiu ser executado pelos estagiários.

O projeto teve como temática central os direitos humanos, tendo por objetivo recolher as

*

*

* Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Letras de Assis.

Graduada em História.

percepções que os alunos trazem consigo em relação ao assunto, tal como, estabelecer ligações com questões que permeiam nossa sociedade atualmente. Nesse aspecto, o grupo partiu do debate recente acerca da Comissão Nacional da Verdade, esta formada por sete membros e catorze auxiliares, todos nomeados pela presidente Dilma Rousseff; visa investigar as violações dos direitos humanos durante o período de 1946 à 1988 no Brasil. Contudo, o enfoque do trabalho deu-se aos anos que correspondem à ditadura civil-militar brasileira, restringindo-se de 1964 à 1985.

O principal objetivo do projeto foi de pensar os direitos humanos historicamente, potencializando, dessa forma, a consciência histórica dos alunos acerca do tema proposto e sua relação com as violações ocorridas no nosso país durante o período focado e no nosso cotidiano atualmente. Assim, tentou-se promover uma educação em direitos humanos.

A metodologia adotada pelo grupo foi por meio de exposição oral, apresentação de filme e análise documental. Sempre buscando aproximar o ensino de história do processo de construção do conhecimento histórico, facilitando, portanto, a apropriação do mesmo pelo aluno.

O público ao qual se destinou esse trabalho corresponde ao nono ano do ensino fundamental e as séries do ensino médio.

Justificativa

Atualmente vivenciamos uma falta de valorização existencial, de pressupostos éticos e a ausência de significados para nossas ações individuais e coletivas no mundo. Há uma supressão de perspectiva de futuro coletiva. Vivenciamos uma crise de sentidos para as ações humanas, uma crise de significações para tudo que nos rodeia. Não temos valores ou finalidades que norteiem e direcionem nossas ações práticas na vida. Nesse sentido, há certo consenso em torno da necessidade de ações educativas sistemáticas para uma educação em direitos humanos. Tal demanda surge da necessidade de se criar uma cultura de paz, de reconhecimento e valorização das diferenças, e de engajamento nos processos de minoração das desigualdades e injustiças sociais.

Admite-se muitas leituras à expressão “educação em direito humanos”, porém não se pode deixar que ela seja substituída por outras consideradas mais fáceis de serem compreendidas por um público mais amplo, como por exemplo educação cívica ou educação democrática, ou então que restrinja a educação em direito humanos a uma educação em valores, inibindo, dessa forma, o seu caráter político. Tendo-se presente a amplitude de significados para “educação em direitos humanos”, corre-se o risco de englobar tantas dimensões que acabe por fazer ela perder sua

especificidade, e conseqüentemente ocasionando em sua dispersão. É nesse aspecto que o ensino de história pode se relacionar com a educação em direitos humanos fundamentalmente, já que passa pela sua afirmação histórica. Voltaremos nesse ponto adiante. (CANDAUI, 2009)

Tanto no ensino de história como em uma educação em direitos humanos, ocorre um significativo distanciamento entre os enunciados formais e as práticas efetivas. O que também torna essa temática a que se direciona o projeto de suma importância.

Mesmo estando formalmente universalizada no mundo ocidental, a questão dos direitos humanos sofre diversas ameaças atualmente. Entre elas figuram disputas de poder, autoritarismo, preceitos enraizados e a exploração econômica. Porém, talvez a maior delas esteja relacionada aos efeitos da globalização econômica e ao anti-universalismo pós-moderno do mundo contemporâneo. Tais ameaças refletem as tensões entre igualdade e diferença que aparecem quando se traz o debate em torno dos direitos humanos. Vivemos em um mundo marcado por uma globalização neoliberal excludente, e com questões de diferença e multiculturalismo, em tempos de uma mundialização com pretensões monoculturais. Nessas condições, a importância da problemática e da afirmação dos direitos humanos é cada vez maior. (ARAÚJO, 2008)

Ainda em torno dessas questões, certamente todos estamos de acordo em afirmar que, os direitos humanos são uma construção da modernidade e que estão profundamente impregnados com os valores e as afirmações que ela propôs. Para muitos autores, essa construção está em crise no novo contexto cultural, social e econômico, marcado pela globalização, pelo impacto das novas tecnologias, pela construção de novas subjetividades e mentalidades. A matriz da modernidade enfatizou a questão da igualdade. A igualdade de todos os seres humanos, independentemente das origens. No entanto, parece que hoje o centro de interesse se deslocou. Não que se negue a igualdade, mas se coloca muito mais em evidência o tema da diferença. (CANDAUI, 2009)

Dentro desse debate em torno dos direitos humanos, conceitos como cidadania e democracia são intrínsecos, já que carregam consigo o reconhecimento do próprio direito e do direito do outro. No Brasil, essa discussão político-democrática ganha contornos ainda mais urgentes devido a nossa colonização histórica: as imensas desigualdades sociais, a forma como as pessoas resistem e se conformam à situações de opressão e desrespeito aos direitos humanos fundamentais. É nesse sentido que queremos atuar. (SILVA, 2006)

Dentro do nosso contexto, e buscando o papel privilegiado que o ensino de história pode

desempenhar dentro de uma educação em direitos humanos, o projeto trabalhará com a perspectiva do “educar para o nunca mais”. Tal perspectiva é considerada de especial importância para a educação em direitos humanos. É uma das possibilidades, e talvez a mais importante delas, de identificar a relação entre o ensino de história e os direitos humanos. Através da retomada de violações desses direitos pela história, como, por exemplo, a ocorrência de regimes autoritários, busca-se evitar a repetição dos mesmos. Devemos resgatar exemplos históricos de violações aos direitos humanos, discriminações, intolerâncias e negações das igualdades e das liberdades humanas, no sentido de potencializar a consciência histórica dos alunos nesse aspecto. O projeto tratou a ditadura civil-militar brasileira com o intuito de resgatar a memória histórica, romper com a cultura do silêncio e da impunidade e colocar os alunos a par da disputa política que ocorre atualmente em torno da constituição da memória coletiva sobre o período. (CANDAU, 2008)

Dentro dessa disputa, a memória das vítimas de tortura pode ser um exemplo de memória subterrânea, essa que se opõe a “memória oficial”, como, por exemplo, a nacional. Sendo assim, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Quando essas memórias subterrâneas, no caso as das vítimas de tortura, deixam de ser silenciadas e conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a disputa pela memória coletiva. É como se elas esperassem o momento certo para serem expressas, dependendo, também, das circunstâncias do presente ocorre a emergência a certas lembranças, dando ênfase a um ou outro aspecto. (POLLAK, 1989)

Outro fator que afirma a importância da temática é o fato de que a vivência democrática e norteada pela experiência cotidiana dos direitos humanos nem sempre está presente dentro do ambiente escolar. A maioria dos depoimentos obtidos por Cíntia Araújo, revelam uma realidade de autoritarismo, de desrespeito às diferenças e as liberdades individuais e de violação dos direitos humanos dentro da escola. Daí, a necessidade de ampliar o debate, já que a presença sistemática e reflexiva dessa temática é pouco significativa nas escolas. Ainda segundo a pesquisa realizada pela autora, os professores tiveram grande dificuldade em definir direitos humanos e por vezes assumiram a falta de preparo sobre o assunto. Os sentidos e significados da educação em direitos humanos, ainda não estão totalmente claros para a maior parte dos indivíduos e grupos que com ela se relaciona, ou deveriam se relacionar.

Nesse sentido, trabalhar os direitos humanos historicamente, analisando seus marcos

normativos, contribuem para sua afirmação e legitimação. E essa pode ser a função privilegiada do ensino de história.

Objetivo

Tratando sucintamente a respeito do pano de fundo teórico do projeto, a Didática da História vem se consolidando como área do conhecimento independente da História, já que possuem objetos de estudo distintos. Para o alemão Jorn Rüsen, teórico consultado, a Teoria da História e a Didática da História possuem o mesmo ponto de partida e convergem para o mesmo lugar: a consciência histórica, porém se desenvolvem em direções cognitivas diferentes.

A consciência histórica é a soma das operações mentais com as quais as pessoas interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmas, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo. O projeto buscou pensar os direitos humanos historicamente, potencializando a consciência histórica dos alunos acerca do tema proposto e sua relação com as violações ocorridas no nosso país durante o período focado, a ditadura civil-militar brasileira, e atualmente.

Essa consciência pode ser entendida como, a forma pela qual a relação dinâmica entre experiência do tempo e intenção no tempo se realiza no processo da vida humana. Pode-se descrever a operação mental com que a consciência histórica se constitui, também, como "constituição de sentido da experiência do tempo". Trata-se de um processo da consciência em que as experiências do tempo são interpretadas, inserem-se na determinação do sentido do mundo e na auto-interpretação do homem, parâmetros de sua orientação no agir. (RUSEN, 2001)

Dessa forma, a consciência histórica tem uma “função prática” de dar identidade aos sujeitos e fornecer à realidade em que eles vivem uma dimensão temporal, uma orientação que pode guiar a ação, intencionalmente, por meio da mediação da memória histórica. É importante os alunos saberem, portanto, que essa memória, que dá legitimidade aos sujeitos e ao poder, está em disputa por diferentes forças políticas.

Problematizando e criando sentido para os direitos humanos, buscou-se contribuir para a formação do indivíduo comum, que enfrenta em seu cotidiano contraditório problemas como a violência, desemprego, falta de perspectivas e, no que tange à nossa problemática central, a falta de valoração existencial e de pressupostos éticos.

Dessa forma, formar sujeitos autônomos, críticos e conscientes de sua capacidade de ação no

coletivo. Essa reflexão parte do pressuposto que refletir é enxergar as coisas do mundo não somente como “são”, mas como podem ser compreendidas e alteradas, ou seja, a reflexão passa pelo processo de desnaturalização da sociedade. O homem só pode viver no mundo, isto é, só consegue relacionar-se com a natureza, com os demais homens e consigo mesmo se não tomar o mundo e a si mesmo como dados puros, mas sim interpretá-los em função das intenções de sua ação e paixão, em que se representa algo que não são. (RUSEN, 2001)

Segundo Paulo Freire, é necessário que a injustiça se torne um percebido claro para a consciência, possibilitando aos sujeitos inserirem-se no processo histórico e fazendo com o que eles se inscrevam na busca de sua afirmação. A consciência crítica possibilita a inscrição dos sujeitos na realidade para melhor conhecê-la e transformá-la, formando-o para enfrentar, ouvir e desvelar o mundo. (FREIRE, 1996)

Buscou-se constituir, assim, um espaço de compartilhamento de significados e de experiências individuais e coletivas, ampliando, dessa forma, o entendimento sobre o que e no que consiste a aula de história.

Desejou-se contribuir para o processo de transformação necessária para a construção de sociedades verdadeiramente democráticas e humanas por meio da educação em direitos humanos. A promoção de uma educação em direitos humanos que assuma a perspectiva intercultural. As relações entre esses direitos, diferenças culturais e educação nos colocam no horizonte da afirmação da dignidade humana num mundo que parece não ter mais esta convicção como referência radical. Neste sentido, trata-se de afirmar uma perspectiva alternativa de construção social, política e educacional.

Dentro do planejamento do que seria o projeto, o grupo buscou utilizar diversas linguagens com o intuito de aproximar o conhecimento da realidade dos alunos, tornando, assim, os encontros mais agradáveis e interessantes. Para isso, recorreu à fontes audiovisuais, sempre no sentido de aproximar os alunos do método historiográfico.

Experiência

Dentro da experiência de estágio, o grupo teve contato com duas instituições de ensino pertencentes à rede estadual paulista do município de Assis, que serão denominadas aqui como “Escola A” e “Escola B”.

O grupo manifestou interesse em aplicar seu projeto primeiramente na Escola A. Esta situa-

se em tradicional bairro de classe média da cidade, possui mais de 70 anos de atividade e é tida como referência em organização e ensino na região. Os alunos, em geral, correspondem ao padrão sócio-econômico do bairro, não necessariamente residindo no mesmo. A escolha do grupo foi baseada nesses atributos, imaginando que dessa forma teriam melhores condições e apoio por parte da escola para uma boa execução do trabalho.

Um dos integrantes do grupo já havia realizado o estágio de observação na Escola A, portanto, apesar do tempo que geralmente tinham que esperar, não foi difícil estabelecer os primeiros contatos. Primeiramente, foram feitas reuniões com a direção e a coordenadoria pedagógica que convidou os estudantes para participarem do HTP (Hora de Trabalho Pedagógico). Puderam então conversar com os professores de História, Filosofia e Sociologia que estavam presentes. Ficou decidido que seriam de cinco a seis encontros que aconteceriam aos sábados às nove horas da manhã juntamente com o Programa Escola da Família, já que fazia parte da política da escola que estagiários não pudessem atuar em dias de aula. Os encontros teriam duração de cerca de três horas, com presença facultativa e voltados para alunos do nono ano do ensino fundamental e do ensino médio.

Os estagiários, já aceitos pela escola, conversaram com os professores sobre a necessidade de incentivo real no sentido de atrair e despertar o interesse dos alunos. Nesse momento surgiram várias ideias vindas dos professores, inclusive a promessa de incluírem o projeto em seus programas avaliativos de alguma forma, porém a promessa não efetivou-se.

Previamente à realização do projeto, os estagiários visitaram todas as salas, do nono ano ao terceiro ano do ensino médio, com o intuito de divulgar o trabalho proposto de forma atrativa. Durante tal divulgação houve bastante interesse pelo alunado, sendo manifestado em forma de diversas perguntas acerca do trabalho, porém mostraram também bastante insatisfação em relação ao dia e horário proposto.

Todas as dificuldades foram relatadas ao professor coordenador Ronaldo Cardoso Alves que orientou o grupo a procurar outro colégio, já que o horário inviabilizou a execução do trabalho por falta de alunos. Ele indicou a Escola B, na mesma cidade, onde já atuava com outro projeto.

Foi feito todo procedimento novamente de ambientação, apresentação e conversas junto aos responsáveis do colégio e alunos. O projeto teve boa receptividade e, em vista das intempéries ocorridas com a Escola A, foi necessário que se adiantasse o trabalho na Escola B. Dessa forma,

imediatamente após o primeiro contato e a divulgação iniciaram-se as aulas. Os horários foram escolhidos pelos próprios alunos que se propuseram a participar, ficando decidido que as aulas ocorreriam às terças e quintas-feiras a partir das dezenove horas adequando-se às necessidades dos principais envolvidos, pois a maioria deles trabalhava.

O grupo almejou proporcionar meios de fazer com que os alunos se apropriassem do conhecimento de forma ativa, aproximando-os do processo de construção do conhecimento histórico. Buscou-se, pelo menos em seu planejamento, uma educação que fosse transformadora da realidade social, principalmente no sentido de proporcionar autonomia suficiente para que o aluno se veja como agente dessa transformação. Procurou-se refletir sobre o tema de forma a enxergar as coisas não somente como são, mas como poderiam ser.

O relato que será feito aqui dos encontros será um tanto negligenciado no sentido de que, devido ao limite de caracteres exigido para o artigo, não conseguirá dar conta de todas as impressões que o grupo obteve com a experiência.

O primeiro dia de realização do estágio ocorreu no dia 4 de outubro de 2012 e contou com a participação de nove alunos, sendo sete do primeiro ano do ensino médio e dois do nono ano do ensino fundamental. O encontro teve duração aproximada de três horas.

A proposta para este dia era a de coletar as impressões iniciais acerca do que é a História para eles e sobre conceitos que passam pelo tema do projeto. Para isso, foram indagados do porque de se aprender História na escola e se ela tem alguma função prática em suas vidas. Foram feitas perguntas também sobre o que são direitos humanos, democracia e o que eles julgam direitos fundamentais de todos.

Em relação a função da História dois alunos, somente, conseguiram identificar rasamente sua relação com a vida e com o presente. Tomaram como ponto de partida, para entender a contemporaneidade, recursos do passado. Em contrapartida, houve um aluno que disse não gostar da disciplina e que não via sua importância, pois se tratava simplesmente de coisa antiga.

Entrando na esfera política e sua relação com a história, os alunos apenas concordaram que a história tem importância, mas sem aprofundar suas respostas, apenas associando ela com o próprio passado de um determinado político.

Sobre o que julgam como direitos fundamentais dos seres humanos apontaram questões como saúde, transporte, igualdade e educação. Aproveitaram essa questão para ressaltar a falta de

preocupação dos governantes para com a própria escola, tanto no quesito de infraestrutura, quanto de motivação aos alunos, afirmando posteriormente que o Estado não os garantia esse direito.

Os alunos não conseguiam responder praticamente nenhuma pergunta sem algum encaminhamento feito pelos estagiários. O caso que mais surpreendeu o grupo foi o fato de que eles não conseguiam explicar sequer o que era democracia. Após a sucinta explicação dada pelo grupo, o mesmo questionou se eles achavam que viviam em uma democracia e os discentes responderam que não, pois não possuíam poder algum, e que este estava, de fato, nas mãos de poucos.

Ao tocar no assunto da ditadura civil-militar, fizeram comentários bem superficiais, citando exemplos do que já haviam escutado falar sobre. Um dos alunos relatou um caso de um vizinho que dizia “que se hoje, vivêssemos no período da ditadura o país seria melhor, não haveria as roubalheiras que tem”. Porém, ao serem questionados se o período havia sido bom o ruim, a maioria concordou que esse tinha sido ruim para o país, que houve violência com as pessoas que eram contra o governo, houve repressão, censura e que nos dias atuais possuíam uma liberdade de expressão muito maior que naquele período.

Posteriormente, foram fornecidas ferramentas necessárias para a compreensão do filme de ficção histórica *Zuzu Angel* (2006, dur. 1h50m) de Sérgio Rezende. Os estagiários apresentaram a ficha técnica e falaram sobre outros trabalhos do mesmo diretor, suas condições de produção e sua problematização, uma vez que o filme não aborda, por exemplo, o apoio da iniciativa privada ao regime. Ressaltou-se que o filme também entra de alguma forma como ferramenta na disputa política pela memória da história recente brasileira. Dessa forma, mostrou-se que ele exprime somente um ponto de vista, consiste em uma única narrativa, já que tudo o que assume o papel de fonte histórica é passível de crítica. Concluiu-se, assim, que a película é uma construção da subjetividade humana, porém que, conhecendo suas condições de produção e tentando identificar interesses ideológicos, pode-se buscar a objetividade do filme como narrativa histórica.

O principal objetivo do longa dentro do projeto foi de sensibilizar e buscar promover a empatia histórica nos alunos (LEE, 2006). Além disso, houve a tentativa também de mostrar a dificuldade que as pessoas têm em se envolverem com os problemas sociais que as rodeiam até que eles os atinjam diretamente, como é o caso da protagonista interpretada pela atriz Patrícia Pillar. Assim, o objetivo era o de instigar os diversos significados que o filme suscita, levando os alunos a pensarem nas diferentes interpretações que esse contexto histórico apresentava e entender como a

história foi construída dentro do contexto de *Zuzu Angel* (ABUD, SILVA & ALVES, 2010).

No segundo dia objetivou-se por meio da explanação oral sobre o período ditatorial, tratar sobre as influências externas e como ocorreu a manipulação da opinião pública sobre o período. Nesse sentido procurou-se mostrar que há disputas políticas pela construção dessa memória.

Realizou-se no dia 09 de outubro de 2012, com a presença de seis alunos, sendo dois do nono ano do ensino fundamental e quatro do primeiro ano do ensino médio, com duração aproximada de três horas. Teve em vista o filme abordado na aula inicial *Zuzu Angel*, explorando nesse segundo encontro o contexto histórico que permeou os anos ditatoriais nos quais se passaram o filme: os antecedentes do golpe civil-militar, o golpe em si, os anos posteriores, seguindo até a posse de Tancredo Neves em 1985, obviamente de forma sucinta.

A exposição oral partiu de um contexto mais amplo ao golpe. Iniciou-se a explanação com a Guerra Fria, explorando conceitos como socialismo/comunismo e capitalismo, de modo a mostrar a influência que essa disputa exerceu sobre o cenário brasileiro.

Após tal exposição, a aula concentrou-se nos antecedentes brasileiros, partindo do conturbado contexto em que João Goulart assume a presidência no início de setembro de 1961. Posteriormente procurou-se abordar a clara oposição das elites e dos militares à sua posse, pois viam nele uma ameaça ao país por seus vínculos com a esquerda. Ficou notável que o país vivenciava um dos momentos de maior tensão da sua história. Encontrava-se politicamente polarizado.

De maneira breve apresentou-se nessa aula alguns dos principais pontos abordados que influenciaram direta ou indiretamente o golpe, como também todos os Atos Institucionais, com foco no AI-5, período no qual o filme apresentado na primeira aula se passou. A reação dos alunos foi muito válida, o assunto os instigou, fizeram muitas perguntas e conseguiram rasamente apropriar-se de alguns termos e aplicá-los estabelecendo relações com nosso presente.

Nesse mesmo encontro, como forma de exemplo, foi apresentada aos alunos uma entrevista do cantor e compositor brasileiro Geraldo Azevedo concedida ao programa *Jô Soares*, da Rede Globo de Televisão, recentemente. Apesar do artista não ter envolvimento direto com nenhum movimento de esquerda, foi capturado pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e torturado. No vídeo ele fala da dificuldade que teve em falar no assunto durante anos. Isso demonstra os possíveis obstáculos em se apurar e ter dimensão de tudo que pode ter acontecido durante o período e como essa memória subterrânea, causada por traumas, pode favorecer, mesmo

que sem querer, a manipulação na construção da memória coletiva (POLLACK, 1989). Nesse sentido também, foi apresentado aos alunos um comercial televisionado que atuava na exaltação da nação demonstrando como que os veículos de comunicação eram usados pelo Estado na tarefa de alienação popular. Foi colocado pelos estagiários como que durante o período chamado de “milagre econômico” havia poucas manifestações de insatisfação, já que as violações à integridade física e psicológica de quem se opunha ao regime não afetava na prática a vida das demais pessoas.

A aula de número três se realizou no dia 11 do mesmo mês e contou com a presença de dois alunos, os quais pertenciam ao primeiro ano do ensino médio. Sua duração foi de aproximadamente três horas. Teve como tema a repressão política iniciada pós AI-5 (Ato Institucional número 5) de 13 de Dezembro de 1968, as guerrilhas formadas por militantes opositores ao regime e a Lei de Anistia, de 28 de Agosto de 1979.

As ferramentas utilizadas para a apresentação foram documentos e música. Como fonte, foi aplicada a leitura do AI-5 em seus trechos mais comentados pela historiografia sobre o assunto; a abordagem dos guerrilheiros e apresentação de Carlos Marighella por meio da música do grupo de rap *Racionais MC's*; leitura e comentários à lei nº6683 de 1979, conhecida como a Lei da Anistia e por fim foi apresentada a lei nº9140 de 1995, que reconheceu como mortas as pessoas desaparecidas em razão da participação ou acusação da mesma em atividades políticas no período de 2 de Setembro de 1961 a 15 de Agosto de 1979, bem como a lei nº10875 de 2004, que ampliou os critérios de reconhecimento de outras vítimas de diferentes maneiras que vieram a desaparecer ou faleceram em decorrência de conflitos armados e/ou manifestações que resultaram em confrontos. Houve o levantamento de questões e estas foram discutidas entre o grupo e os alunos.

O grupo adotou a apresentação do clipe musical do grupo de rap *Racionais MC's*, *Carlos Marighella* como ilustração e aprofundamento do líder da ALN e suas ações. O grupo explanou também sobre as condições de produção e as possíveis intenções dessa apropriação histórica.

Nesse terceiro encontro os estagiários perceberam certa insatisfação por parte dos dois únicos participantes em relação a falta dos demais, já que formavam ali, com exceção de uma aluna, um grande grupo pertencente a mesma turma. Aliás, a única turma em que no ato da divulgação do projeto houve incentivo real por parte do professor que estava no momento.

Dentro do planejamento do que realizar-se-ia no quarto encontro, os estagiários prepararam uma breve exposição oral sobre a Comissão Nacional da Verdade e selecionaram trechos de duas

reportagens jornalísticas sobre o tema com posicionamentos políticos distintos em relação a comissão. Foram escolhidas duas narrativas com ideologias discordantes com a intenção de ilustrar a disputa que ocorre pela memória do período e fazê-los perceber a relatividade da narrativa, ou seja, o risco de negligenciar um assunto quando se entra em contato com uma única versão. Buscar-se-ia mostrar que ao analisar um discurso devemos pensar nas intenções que estão por trás do mesmo.

Além das reportagens, o aluno poderia também entrar em contato com charges que acompanhavam a tendência ideológica das reportagens. Contudo, nesse dia choveu e não houveram alunos para o encontro. Depois do ocorrido, os alunos participantes dispersaram. Foram marcados mais dois encontros que também não tiveram participantes.

No que seria o quinto e último encontro, os estagiários começariam a aula com um quadrinho da Mafalda instigando a reflexão em torno do conceito de democracia. Haveria uma exposição oral falando um pouco e passando sobre os principais marcos normativos dos direitos humanos. Ainda no sentido de discutir a nossa atualidade, foi também selecionada uma reportagem tratando de diversas denúncias a respeito de práticas de tortura que são praticadas pela polícia todos os dias e que nem chegam a ser apuradas.

No final seriam feitas as mesmas indagações do primeiro dia. Isso seria para observar as mudanças de percepção que pudessem ocorrer para serem compartilhadas neste artigo. Dessa forma, foram vários os imprevistos que os estagiários enfrentaram ao longo dessa experiência que comprometeram a qualidade e efetividade na realização do projeto e, certamente, desse relato também. A intenção do grupo era analisar, mesmo que superficialmente, a capacidade dos alunos de construir uma narrativa e, conseqüentemente, o tipo de consciência histórica que possuem em relação aos temas que foram tratados.

Conclusão

O grupo de estagiários obteve grande satisfação na realização do plano de ensino que lhes foi exigido. Tal prática é necessária, pois se tratando de um curso de licenciatura, onde a maioria dos graduandos tenderão a atuar no ensino, esse é de fato o meio que se tem para se adquirir algum tipo de bagagem na missão educativa.

Em nível de aceitação, a escola periférica B, teve um acolhimento muito maior para com o trabalho proposto pelos integrantes do que a escola reconhecida pela sua qualidade e organização, a

A. Isso se deu, entre outras coisas, no que diz respeito aos horários oferecidos pelas escolas. A Escola B foi a mais flexível atendendo, portanto, a necessidade dos alunos participantes, já que a maioria trabalhava. Entretanto, mesmo com essa adequação da carga horária houve reclamações por parte desses discentes, por ser um período em que já estavam exaustos, devido ao dia cheio de atividades que a maior parte dos alunos possuíam.

O plano de ensino proposto pelos estagiários, em toda a sua complexidade, não obteve uma atenção especial na sua recepção, nem pelo corpo docente e nem mesmo pela direção escolar, no que diz respeito a incentivar os estagiários em aplicar o projeto. Esse desinteresse da escola em relação a atividade de estágio pode ter várias causas, entre elas talvez a falta de seriedade de projetos realizados anteriormente. Na maioria das vezes, a escola fornece, com boa vontade, a oportunidade como uma espécie de favor prestado e não demonstram maior interesse pela qualidade do trabalho em si e os benefícios advindos em consequência de sua aplicação.

Durante o trajeto percorrido pelo grupo, várias dificuldades foram encontradas, cuja a maior ausência se deu no campo da motivação aos alunos em participar do projeto por parte das escolas, tanto a A quanto a B. Teoricamente os professores propuseram-se a ajudar, porém na prática não efetivou-se. Talvez possa ter havido um pouco de negligência por parte dos estagiários no sentido de não insistirem com mais persistência na necessidade desse apoio. Isso se deu pela confiança do grupo na qualidade do plano de ensino formulado e que ele, por si só, já cumpriria essa função motivadora.

Dessa forma, os graduandos chegaram a conclusão de que seria necessário, para o incentivo da participação dos alunos, que os professores da área a qual o estágio se refere instigassem com pontos e notas a mais, reconhecendo, dessa forma, que há diversas maneiras de aprendizagem. Outra solução seria estabelecer uma parceria com o projeto para que fosse aplicado no horário de aula, eliminando, assim, o problema em relação a aplicabilidade do mesmo.

Outro obstáculo encontrado no percurso foi a falta de experiência que os estagiários possuíam para efetivar o projeto da forma como foi teorizado, não satisfazendo suas próprias expectativas. O planejamento feito, muitas vezes não pode ser concretizado, devido à falta de tempo, estrutura e o número grande de objetivos que eram almejados para um só encontro. Em um mesmo dia possuíam o interesse de trabalhar com diversas fontes abrangendo assuntos complexos. Porém, em determinado ponto da aula os alunos já se mostravam esgotados e dispersos.

Os fatores que impediram a plenitude da realização do trabalho foram questões como mal tempo e o horário tardio, levando, assim, os alunos a se desmotivarem e criando defasagem no desenvolvimento do projeto.

Entretanto, a importância do estágio é clara. Este primeiro contato com a escola, com a sala de aula e principalmente com o aluno, feito ainda dentro da Universidade, estabelece uma troca de experiência que favorecerá os graduandos futuramente. Com essa vivência os estagiários puderam ter a dimensão, mesmo que superficial, dos problemas que encontrarão em sala de aula e pensarem em soluções para os mesmos enquanto ainda frequentam a universidade.

Ficou claro para o grupo que os alunos não compreendem como se constrói o conhecimento histórico. Quando conseguiam de alguma forma relativizar a narrativa histórica, duvidavam da validade e da importância da História. Houve uma crise de legitimidade da História como ciência a partir do final do século XIX devido sua excessiva relativização, já que a História teorizada no século XIX já não atendia mais as necessidades da nossa contemporaneidade. Desde o final do século passado, pelo menos dentro da academia, a História já conseguiu se consolidar novamente atendendo a demanda de seu tempo, porém essa mudança ainda não atingiu o ensino de história aplicado na escola em que os estagiários realizaram o projeto. Nesse sentido, os discentes não conseguiam enxergar a função prática de se voltar ao passado.

A percepção da História por parte dos alunos demonstrou uma possível defasagem na concepção de seus professores. Isso pode se dar por diversos fatores, entre eles, a má formação acadêmica e as más condições de trabalho as quais os professores da rede estadual paulista são submetidos. Há um abismo entre a História que se ensina na escola e a História dentro da universidade. Não existe ainda, na maior parte dos casos, a compreensão da ideia de professor-pesquisador, já que a função de docente e de historiador ainda caminham para direções distintas. O professor, na maioria das vezes, não possui domínio sobre a Teoria da História e a História da Historiografia.

Foi observado também, que os alunos da Escola B, a única com a qual tiveram uma relação um pouco mais profunda, em sua maioria não possuíam perspectivas de futuramente frequentarem o nível superior. Na inferência dos estagiários, isso se dá principalmente pelo nível sócio-econômico dos alunos e a necessidade de já, com aquela idade, terem que atuar no mercado profissional, constituindo, dessa forma, a mão-de-obra barata que a elite necessita.

Bibliografia

- ABUD, Katia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. *Ensino de História*. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2010 (Coleção Ideias em Ação – coordenadora: Ana Maria Pessoa de Carvalho).
- ARAÚJO, Cíntia. *Ensino de História como lugar de emancipação? Concepções docentes sobre as relações entre Educação e Direitos Humanos*. 31º Reunião Anual da ANPEd, Caxambu/MG, 2008.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CANDAU, Vera Maria. *Pluralismo Cultural, Cotidiano Escolar e Formação de Professores*; in: Candau, V. M. (org) *Magistério: construção cotidiana*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- CANDAU, Vera Maria. *Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença*. Revista Brasileira de Educação: Rio de Janeiro, v. 13, n.37, 2008, p. 45-56.
- CANDAU, Vera Maria. *Educação em Direitos Humanos e Diferenças Culturais: questões e buscas*. Revista Múltiplas Leituras, v. 2, n.1, 2009, p. 65-82.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. *O Brasil Republicano* v. 4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Cinema e ensino de História*. Arquivo Público Mineiro: Belo Horizonte, vol. 1, n. 45, pág. 150-157, 2009.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra. 1996.
- LEE, Peter. *Em direção a um conceito de literacia histórica*. In. Educar em Revista. Curitiba; Ed. UFPR, 2006, p.131-150.
- POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, pág. 3-15.
- RUSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: UNB, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. [Para uma Concepção Multicultural dos Direitos Humanos](#). Contexto Internacional, 2001.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Corrida para o Século XXI: no Loop da Montanha Russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

16

SILVA, Jeanne. *Cidadania e Democracia nas Práticas do Ensino de História*. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação - Percursos e Desafios da Pesquisa do Ensino de História da Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2006, p. 1050-1057.